

Exmo. Senhor Presidente  
do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
da Universidade de Lisboa

\_\_\_\_\_ (nome completo do candidato/a),  
portador/a do Documento de Identificação (Bilhete de Identidade/ Cartão do Cidadão) n.º  
\_\_\_\_\_, com data de validade \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, com número de identificação fiscal  
\_\_\_\_\_, residente \_\_\_\_\_ (morada  
completa), com o contacto telefónico \_\_\_\_\_, com o endereço eletrónico  
\_\_\_\_\_, com a seguinte situação laboral: \_\_\_\_\_ (tipo  
de vínculo), \_\_\_\_\_ (categoria), \_\_\_\_\_ (entidade à qual está vinculado/a),

vem requerer a V. Exa. a admissão concurso documental internacional para  
recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo  
indeterminado, de um Professor Associado na área disciplinar de Serviço e Política Social, aberto  
pelo Edital n.º 1011/2025, publicado no D.R., 2.ª série, n.º 108, de 5 de junho.

☐

O Requerente consente que as comunicações e notificações no âmbito do presente  
procedimento concursal sejam efetuadas por correio eletrónico, conforme previsto na  
alínea b) do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento Geral de Concursos para Recrutamento  
de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade de Lisboa.

Local \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

O Requerente

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

**Proteção de Dados Pessoais**

O Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa) no âmbito das suas atribuições e competências, e no cumprimento do disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), é o responsável pela proteção e tratamento dos dados pessoais das pessoas singulares, no estrito cumprimento dos seus princípios, de forma confidencial, estando os colaboradores do ISCSP-ULisboa obrigados a um dever de sigilo quanto aos mesmos.

O tratamento dos dados pessoais disponibilizados ocorre no âmbito da gestão do processo de recrutamento, estando assegurado, nos termos da Lei, o acesso ou a retificação dos mesmos, podendo estes dados ser entregues aos Serviços Públicos e à autoridade judiciária por força de disposição legal.